

**CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO
OBSERVATÓRIO DE PESQUISA,
INOVAÇÃO E EXTENSÃO EM
JUSTIÇA E TRANSIÇÃO
ENERGÉTICA PARA A
CONSOLIDAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
(UFMS)**

**INOVAÇÃO SOCIAL E TECNOLOGIAS
SUSTENTÁVEIS**

C749

Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande/MS;

Coordenadores: Elisaide Trevisam e Maria Paula Zanchet de Camargo Padilha – Campo Grande: Mato Grosso, 2026.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-435-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Sustentabilidade, Consensualidade, Governança Digital e Inteligência Artificial.

1. Transição energética justa. 2. Inovação social. 3. Sustentabilidade. 4. Governança. I. Congresso Interdisciplinar do Observatório de Pesquisa, Inovação e Extensão em Justiça e Transição Energética para a Consolidação do Desenvolvimento Sustentável (1:2026 : Campo Grande/MS).

CDU: 34

**CONGRESSO INTERDISCIPLINAR DO OBSERVATÓRIO DE
PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO EM JUSTIÇA E
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA A CONSOLIDAÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (UFMS)
INOVAÇÃO SOCIAL E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS**

Apresentação

Os presentes anais reúnem os trabalhos aprovados e apresentados no Congresso Interdisciplinar em Justiça e Transição Energética, espaço acadêmico-científico concebido para fomentar o diálogo qualificado, interdisciplinar e crítico acerca dos desafios contemporâneos relacionados à transição energética, à justiça climática e à promoção do desenvolvimento sustentável.

O evento consolidou-se como um ambiente de produção e circulação de conhecimento comprometido com a articulação entre Direito, políticas públicas, inovação tecnológica e inclusão social, reunindo pesquisadores, docentes, discentes e profissionais de diversas áreas. A proposta central foi promover reflexões aprofundadas sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais da transição energética, com especial atenção à construção de caminhos justos, inclusivos e sustentáveis.

A organização dos trabalhos em Grupos de Trabalho (GTs) possibilitou o aprofundamento temático e o diálogo especializado, contemplando diferentes dimensões da temática central:

O GT 1 – Justiça Climática e Transição Energética Justa, coordenado pelas Profas. Dras. Ynes da Silva Félix e Valéria Furlan, concentrou-se na análise dos fundamentos teóricos e práticos da justiça climática, bem como nos desafios para a implementação de uma transição energética equitativa.

O GT 2 – Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Proteção dos Direitos Humanos, sob coordenação do Prof. Dr. Aldo Aranha de Castro, da Profa. Dra. Camila Amaro de Souza e do Prof. Dr. Antonio Conceição Paranhos Filho, promoveu debates acerca da intersecção entre proteção ambiental e garantia de direitos humanos em contextos de mudanças climáticas.

O GT 3 – Governança, Direitos Fundamentais e Políticas Públicas de Energia, coordenado pelo Prof. Dr. César Augusto Silva da Silva e pela Profa. Dra. Elaine Dupas, abordou os arranjos institucionais, regulatórios e políticos necessários para a efetivação de políticas públicas energéticas alinhadas aos direitos fundamentais.

Os GTs 4 – Inovação Social e Tecnologias Sustentáveis e GT 6 – Regulação, Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento, ambos coordenados pela Profa. Dra. Lídia Maria Lopes Rodrigues Ribas e pelo Prof. Dr. Ari Rogério Ferra Júnior, reuniram trabalhos voltados, respectivamente, ao papel das inovações tecnológicas e sociais na promoção da sustentabilidade, bem como à análise dos instrumentos regulatórios e dos mecanismos de responsabilização necessários para um desenvolvimento alinhado aos princípios da justiça socioambiental.

O GT 5 – Justiça Socioambiental e Grupos Vulneráveis, coordenado pelas Profas. Dras. Maria Cristina Zainaghi e Vivian de Almeida Gregori Torres, voltou-se à análise das desigualdades socioambientais, com enfoque na proteção de grupos vulneráveis diante dos impactos da transição energética.

Os trabalhos aqui publicados refletem a diversidade de abordagens, a consistência teórica e o compromisso crítico dos autores com a construção de uma agenda acadêmica e institucional voltada à justiça energética e à sustentabilidade. Trata-se de uma produção que contribui não apenas para o avanço do conhecimento científico, mas também para o fortalecimento de políticas públicas e práticas sociais comprometidas com a equidade e a proteção dos direitos fundamentais.

Espera-se que estes trabalhos publicados constituam referência para futuras pesquisas, debates e formulações normativas, reafirmando o papel da academia na construção de respostas inovadoras e responsáveis frente aos desafios da transição energética contemporânea.

**A CONTABILIDADE E O FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
JUSTA: ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E SEUS
IMPACTOS NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS**

**ACCOUNTING AND THE FINANCING OF THE JUST ENERGY TRANSITION:
ANALYSIS OF ECONOMIC-FINANCIAL INSTRUMENTS AND THEIR IMPACTS
ON THE ALLOCATION OF PUBLIC AND PRIVATE RESOURCES**

Jailson Pereira Alves Ajala ¹
Victoria Maris Rodrigues Polido Alves ²
Higor Ribeiro Padilha ³
Maria Paula Zanchet de Camargo Padilha ⁴

Resumo

A transição energética constitui um dos principais desafios contemporâneos, exigindo não apenas mudanças tecnológicas na matriz energética, mas também transformações nos mecanismos econômicos, financeiros e institucionais que sustentam os sistemas de produção e consumo de energia. Nesse contexto, a contabilidade e as finanças desempenham papel estratégico na mensuração, transparência e alocação eficiente de recursos destinados à substituição de fontes fósseis por energias renováveis. Assim, o presente estudo busca responder à seguinte questão: de que forma os instrumentos contábeis e financeiro-orçamentários utilizados no financiamento da transição energética influenciam a efetividade da alocação de recursos e a promoção da justiça energética no contexto brasileiro? O objetivo da pesquisa é analisar o papel da contabilidade e dos instrumentos econômico-financeiros no financiamento da transição energética justa, considerando seus impactos na alocação de recursos públicos e privados e na promoção da justiça energética no Brasil. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de normativas legais, relatórios institucionais e literatura especializada nas áreas de contabilidade, economia e energia. Os resultados indicam que a contabilidade é fundamental para a transparência, o controle e a prestação de contas na aplicação de recursos destinados a políticas de incentivo à energia limpa. Além disso, instrumentos financeiros, como fundos climáticos, incentivos fiscais e políticas de crédito direcionado, estimulam investimentos em projetos sustentáveis e ampliam a participação do

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Estácio. Mestrando em Ciências Contábeis na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Graduada em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco

³ Graduado em Fisioterapia pela Universidade Católica Dom Bosco. Licenciando em História.

⁴ Mestre em Direito na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro do Observatório Justiça e Transição Energética/UFMS.

setor privado na transição energética. Conclui-se que o aprimoramento das práticas contábeis voltadas à sustentabilidade é essencial para garantir uma transição energética.

Palavras-chave: Contabilidade, Transição energética justa, Financiamento sustentável, Instrumentos econômico-financeiros, Governança

Abstract/Resumen/Résumé

The energy transition is one of the main contemporary challenges, requiring not only technological changes in the energy matrix but also transformations in the economic, financial, and institutional mechanisms that support energy production and consumption systems. In this context, accounting and finance play a strategic role in the measurement, transparency, and efficient allocation of resources aimed at replacing fossil fuels with renewable energy sources. Thus, this study seeks to answer the following question: how do accounting and financial-budgetary instruments used in financing the energy transition influence the effectiveness of resource allocation and the promotion of energy justice in the Brazilian context? The objective of this research is to analyze the role of accounting and economic-financial instruments in financing a just energy transition, considering their impacts on the allocation of public and private resources and on the promotion of energy justice in Brazil. The research adopts a qualitative approach, with an exploratory and descriptive nature, based on a bibliographic review and documentary analysis of legal regulations, institutional reports, and specialized literature in the fields of accounting, economics, and energy. The results indicate that accounting is fundamental for transparency, control, and accountability in the use of resources allocated to policies that promote clean energy. In addition, financial instruments such as climate funds, tax incentives, and targeted credit policies stimulate investments in sustainable projects and expand private sector participation in the energy transition. It is concluded that improving accounting practices oriented toward sustainability is essential to ensure an effective energy transition.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Accounting, Just energy transition, Sustainable financing, Economic and financial instruments, Governance

1.INTRODUÇÃO

A transição energética constitui um dos principais desafios contemporâneos, exigindo não apenas mudanças tecnológicas, mas também transformações nos mecanismos econômicos, financeiros e institucionais que sustentam os modelos energéticos vigentes. Nesse contexto, a contabilidade e as finanças assumem papel estratégico na mensuração, alocação e controle dos recursos destinados à substituição das matrizes energéticas tradicionais por fontes renováveis e sustentáveis. Sob a perspectiva da justiça energética, torna-se fundamental analisar se os instrumentos econômico-financeiros contribuem para uma transição equitativa ou se reproduzem desigualdades históricas no acesso à energia e ao desenvolvimento.

Sendo assim, o financiamento da transição energética torna-se elemento central, uma vez que a implementação de projetos sustentáveis demanda elevados volumes de recursos públicos e privados. A correta alocação desses recursos, entretanto, depende de sistemas de informação confiáveis, transparentes e capazes de mensurar riscos, retornos e impactos socioambientais.

A contabilidade, enquanto ciência social aplicada, desempenha papel fundamental nesse processo, ao fornecer informações que subsidiam a tomada de decisão, o controle e a avaliação do desempenho econômico-financeiro e socioambiental das organizações. Assim, o presente trabalho busca responder à seguinte questão: De que forma os instrumentos contábeis e financeiro-orçamentários utilizados no financiamento da transição energética influenciam a efetividade da alocação de recursos e a promoção da justiça energética no contexto brasileiro?

2.REFERENCIAL TEÓRICO

A transição energética justa está fundamentada na articulação entre sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento econômico. Segundo Sachs (2015), o desenvolvimento sustentável depende da integração entre crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social. No contexto da transição energética, isso significa garantir que as transformações no setor energético não gerem exclusão social ou agravamento das desigualdades.

No campo do financiamento sustentável, destacam-se os instrumentos econômico-financeiros voltados à promoção de investimentos verdes, tais como, fundos climáticos, incentivos fiscais e políticas de crédito direcionado (OECD, 2018). Esses

mecanismos buscam reduzir o custo de capital, mitigar riscos e estimular a participação do setor privado em projetos alinhados aos objetivos climáticos e de desenvolvimento sustentável.

A contabilidade, por sua vez, evoluiu para incorporar práticas voltadas à evidenciação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG). De acordo com Bebbington, Larrinaga e Moneva (2008), a divulgação de informações socioambientais contribui para reduzir assimetrias informacionais e fortalecer a transparência corporativa. Relatórios de sustentabilidade, contabilidade ambiental e divulgação de riscos climáticos ampliam a capacidade informacional das demonstrações contábeis tradicionais.

Nesse sentido, a contabilidade contribui para a avaliação da eficiência na aplicação dos recursos, para a prestação de contas e para o fortalecimento da governança pública e corporativa no contexto da transição energética.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em análise bibliográfica e documental. São examinados relatórios institucionais, dados públicos, normativas legais, políticas energéticas e literatura especializada nas áreas de contabilidade, economia e energia, com foco na relação entre financiamento, governança e justiça energética.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a contabilidade exerce papel estratégico no financiamento da transição energética justa, ao atuar como elo entre os instrumentos econômico-financeiros e os processos decisórios (Bebbington; Larrinaga; Moneva, 2008). A disponibilidade de informações contábeis confiáveis contribui para aumentar a transparência e reduzir a assimetria informacional entre investidores, governos e demais stakeholders.

No setor público, a contabilidade contribui para o planejamento, a execução e o controle de políticas de incentivo à energia limpa, permitindo avaliar a efetividade dos gastos públicos e seus impactos socioambientais (Brasil, 2009). Além disso, instrumentos fiscais e financeiros destinados à promoção de energias renováveis necessitam de mecanismos contábeis que possibilitem monitorar a aplicação e os resultados dos recursos públicos.

No âmbito privado, as informações contábeis são essenciais para a atração de investidores e para a avaliação da viabilidade econômico-financeira de projetos sustentáveis. De acordo com a OECD (2018), a padronização e a transparência das informações financeiras e socioambientais são fatores determinantes para ampliar o fluxo de investimentos destinados à economia de baixo carbono.

Além disso, observa-se que a incorporação de métricas ESG e de riscos climáticos nos relatórios corporativos amplia a capacidade de análise dos impactos de longo prazo dos investimentos, contribuindo para decisões mais alinhadas aos princípios da sustentabilidade e da transição energética justa (Sachs, 2015). Contudo, a literatura aponta desafios relacionados à falta de padronização, à mensuração dos impactos socioambientais e à integração entre contabilidade financeira e contabilidade socioambiental.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como finalidade analisar o papel da contabilidade e dos instrumentos financeiros na estruturação e no financiamento da transição energética, considerando seus impactos na promoção da justiça energética. Examinando os principais mecanismos utilizados, avaliando a contribuição da contabilidade para a transparência e o controle dos recursos destinados ao setor energético e os desafios contábeis e financeiros para a promoção de uma transição energética socialmente justa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade e as finanças desempenham papel estratégico na construção de uma transição energética justa, sendo necessário aprimorar os instrumentos econômico-financeiros para alinhá-los aos princípios da sustentabilidade, da governança responsável e da justiça social.

Com isso, conclui-se que o fortalecimento das práticas contábeis voltadas à sustentabilidade é condição necessária para o sucesso da transição energética, contribuindo para a promoção do crescimento econômico sustentável, inclusivo e socialmente justo. Como limitação, destaca-se o caráter teórico da análise, sugerindo-se, para pesquisas futuras, estudos empíricos que avaliem a aplicação prática desses instrumentos e o papel da contabilidade em contextos específicos, especialmente em economias emergentes como a brasileira.

6.REFERÊNCIAS

BEBBINGTON, J.; LARRINAGA, C.; MONEVA, J. M. Corporate social reporting and reputation risk management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 21, n. 3, p. 337–361, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09513570810863932>. Acesso em: 01 mar 2026.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm. Acesso em: 01 mar 2026.

ELKINGTON, J. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone, 1997. Disponível em: <https://books.google.com/books?id=9R3RAgAAQBAJ>. Acesso em: 01 mar 2026.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). *Net Zero by 2050: a roadmap for the global energy sector*. Paris: IEA, 2021. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/net-zero-by-2050>. Acesso em: 01 mar 2026.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all*. Geneva: ILO, 2015. Disponível em: https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/publications/WCMS_432859/lang--en/index.htm. Acesso em: 01 mar 2026.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Aligning finance with climate goals*. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/environment/aligning-finance-with-climate-goals-9789264289688-en.htm>. Acesso em: 01 mar 2026.

SACHS, J. D. *The age of sustainable development*. New York: Columbia University Press, 2015. Disponível em: <https://cup.columbia.edu/book/the-age-of-sustainable-development/9780231173155>. Acesso em: 01 mar 2026

UNITED NATIONS. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 01 mar 2026.